

**CARACTERÍSTICAS E  
DESAFIOS OPERACIONAIS  
DA ATUAÇÃO DO  
BATALHÃO DE POLÍCIA  
TURÍSTICA (BPTUR) DA  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
NO MUNICÍPIO DE BELÉM  
DO PARÁ**

**OPERATIONAL CHARACTERISTICS AND CHALLENGES OF THE TOURIST  
POLICE BATTALION (BPTUR) OF THE PARÁ MILITARY POLICE IN THE  
MUNICIPALITY OF BELÉM DO PARÁ**

Ciências Sociais Aplicadas • 16/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781638332](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781638332)

---

Erison Lima de Souza<sup>1</sup>

Evandro Gomes Menezes<sup>2</sup>

Paula Cleiceani Baia Almeida<sup>3</sup>

Talita Caroline Collares Machado<sup>4</sup>

---

## RESUMO

Este artigo analisa as características e os desafios operacionais da Batalhão de Polícia Turística (BPTur), unidade especializada da Polícia Militar do Pará (PMPA) que atua em Belém, por meio de pesquisa aplicada, documental e bibliográfica. Parte-se do pressuposto que o turismo é atividade estratégica, responsável por parcela expressiva do PIB mundial e fundamental para a economia paraense, especialmente após eventos de projeção global como a COP30. A segurança pública configura-se como requisito central na escolha de destinos e na qualidade da experiência do visitante. A BPTUR realiza policiamento ostensivo, preventivo e fardado, com atuação definida em pontos turísticos e postos fixos, visando à proteção, à ordem pública e ao acolhimento. Os resultados demonstram que, embora a unidade esteja estruturada legalmente e alinhada a princípios doutrinários, enfrenta obstáculos como extensão territorial, limitações de recursos, necessidade de capacitação específica, domínio de idiomas e integração interinstitucional insuficiente. Verifica-se que a atuação deve ser compreendida como política de Estado, integrada a outros setores, para consolidar a segurança como fator de competitividade e desenvolvimento sustentável. Conclui-se que, apesar dos avanços, são necessários ajustes operacionais e investimentos para ampliar a eficiência e alinhar o serviço às demandas atuais e futuras do turismo local.

**Palavras-chave:** Policiamento turístico; Segurança pública; BPTUR; Turismo; Belém do Pará.

## ABSTRACT

This article analyzes the characteristics and operational challenges of the Independent Tourism Policing Company (BPTUR), a specialized unit of the Pará Military Police (PMPA) operating in Belém, through

applied, documentary, and bibliographic research. It is based on the premise that tourism is a strategic activity, responsible for a significant portion of global GDP and fundamental to the Pará economy, especially after globally prominent events like COP30. Public safety is a central requirement in choosing destinations and in the quality of the visitor's experience. BPTUR carries out ostensive, preventive, and uniformed policing, with operations defined at tourist spots and fixed posts, aiming at protection, public order, and welcoming. The results show that, although the unit is legally structured and aligned with doctrinal principles, it faces obstacles such as territorial extension, resource limitations, the need for specific training, language proficiency, and insufficient inter-institutional integration. It is observed that its performance should be understood as a state policy, integrated with other sectors, to consolidate security as a factor of competitiveness and sustainable development. It concludes that, despite advancements, operational adjustments and investments are necessary to expand efficiency and align the service with current and future demands of local tourism.

**Keywords:** Tourism policing; Public safety; BPTUR; Tourism; Belém do Pará.

## 1. INTRODUÇÃO

Dados de organismos internacionais indicam que o turismo movimentou cerca de US\$ 3,3 trilhões em 2023, correspondendo a aproximadamente 3% do PIB mundial, e mantém trajetória de crescimento (Brasil, 2024).

Para manter esse ritmo e ampliar os benefícios econômicos e sociais, é imprescindível que o poder público ofereça condições seguras,

pois a segurança figura como um dos critérios principais na escolha de destinos e na avaliação da experiência de viagem (Pereira da Silva, 2025). Estudos demonstram que ameaças à ordem pública, mesmo que potenciais, afetam a decisão do viajante e podem comprometer a imagem e a competitividade de localidades inteiras, reforçando o entendimento de que vender um destino turístico significa, também, oferecer segurança (Matakovic e Cunjak Matakovic, 2019; Morales, 2002).

Conforme informações da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil (Brasil, 2024), o setor de turismo global gerou cerca de US\$ 3,3 trilhões em 2023, correspondente a aproximadamente 3% do PIB mundial.

Nesse sentido, Castro e Figueiredo (2013) afirmam que o turismo figura como atividade central para o crescimento econômico, social e cultural em diversas regiões do país, especialmente onde o patrimônio natural e cultural se apresenta como diferencial competitivo.

Adicionalmente, Cabral, Borges e Silva (2025), apontam para a ideia de que para estimular o avanço dessa área importante e, assim, fortalecer a economia, é fundamental que as autoridades garantam que os visitantes se sintam seguros e bem-vindos, pois a segurança pública é um componente vital para a sustentabilidade dos locais turísticos e um fator determinante nas escolhas durante a fase de planejamento das viagens, considerando que a criminalidade e a violência podem levar a alterações nos destinos escolhidos e até mesmo a cancelamentos.

Nesse cenário, o estado do Pará ganha destaque no cenário nacional e internacional, apoiado em sua biodiversidade, na vasta rede hidrográfica e em manifestações culturais de grande porte, como o Círio de Nazaré, além de eventos de projeção global, como a realização recente da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), que ampliaram o fluxo e a visibilidade do destino (Teixeira Silva, Espírito Santo e Soares Campos, 2025).

Para consolidar e expandir essa atividade, a segurança pública surge como elemento decisivo, capaz de garantir as condições necessárias para o recebimento e a permanência de visitantes, ao lado de infraestrutura e qualidade nos serviços oferecidos (Pereira da Silva, 2025).

Nessa dinâmica, segundo Lima (2025) o policiamento turístico configura-se como uma das modalidades especializadas de atuação das forças de segurança, concebida para atender demandas específicas de áreas de grande circulação e interesse turístico. Especificamente no estado do Pará, Queiroz et al. (2026) essa atribuição cabe à Batalhão de Polícia Turística (BPTur), unidade vinculada à Polícia Militar do Pará (PMPA), cuja finalidade principal consiste em proteger o visitante, preservar a ordem pública e criar um ambiente seguro e acolhedor nos locais sob sua responsabilidade.

Por se tratar de uma atividade com características próprias, sua execução exige preparo diferenciado, domínio de técnicas específicas, conhecimento básico de idiomas e abordagem essencialmente preventiva, sempre adaptada às particularidades do território e ao perfil diversificado do público atendido (Santos, 2023).

A despeito da importância estratégica da função, a institucionalização e a operacionalização do policiamento turístico no estado enfrentam limitações que interferem diretamente em seus resultados (Queiroz et al., 2026). Entre os obstáculos mais recorrentes, estão a extensão territorial, as dificuldades logísticas e de acesso, a insuficiência de efetivo e de materiais, além da necessidade de articulação mais consistente entre as políticas de segurança e as de turismo (Miranda e Meira Albach, 2024).

Somam-se a isso as dinâmicas sociais e os índices de criminalidade que, mesmo não exclusivos das áreas turísticas, repercutem na rotina de trabalho das equipes e exigem respostas rápidas e qualificadas (Rodrigues e Menezes, 2020).

É nesse contexto que se insere a questão central desta pesquisa: quais as características e desafios operacionais nas áreas da atuação do BPTUR da PMPA no município de Belém do Pará?

Essa indagação parte da constatação de que, embora existam normativas e estruturas definidas, ainda há lacunas na compreensão de como se dá, na prática, o funcionamento dessa unidade, quais suas potencialidades e quais fatores dificultam ou impedem o cumprimento pleno de sua missão (Costa et al., 2018). Identificar esses elementos torna-se necessário para compreender até que ponto as estruturas atuais atendem às demandas de um destino turístico em expansão e quais ajustes se mostram indispensáveis.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as características e identificar os desafios operacionais do BPTUR da PMPA nas áreas de atuação no município de Belém do Pará.

Para alcançar o objetivo geral, definem-se como objetivos específicos descrever a estrutura organizacional, as atribuições, as modalidades de atuação e as áreas geográficas de responsabilidade da unidade, com base em normas e atos oficiais; identificar e analisar os principais entraves de ordem operacional, estrutural e administrativa enfrentados no exercício das funções, por meio de dados institucionais e estudos técnicos; e discutir as particularidades do policiamento turístico no contexto local, relacionando conceitos teóricos de segurança pública e policiamento especializado com as necessidades e limitações reais da corporação.

Como hipótese de trabalho, parte-se do pressuposto que a BPTUR da PMPA apresenta características operacionais adaptadas às especificidades do turismo em Belém do Pará, porém enfrenta desafios de ordem estrutural, operacional e de articulação institucional que limitam sua plena eficiência e eficácia nas áreas sob sua responsabilidade.

Essa proposição alinha-se ao que aponta a literatura sobre o tema, ao indicar que a adaptação da atividade policial ao setor turístico depende tanto de definições legais quanto de condições concretas de funcionamento, recursos disponíveis e integração com outros órgãos (Pereira Da Silva, 2025; Queiroz et al., 2026).

A relevância desta pesquisa fundamenta-se, primeiramente, na necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre segurança pública e turismo na região amazônica, tema ainda pouco explorado diante de sua importância estratégica (Queiroz et al., 2026). Ao sistematizar informações sobre a atuação do BPTUR, o estudo contribui para a construção de referencial teórico que poderá embasar trabalhos futuros, além de trazer dados concretos sobre

uma unidade operativa fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo local (Castro e Figueiredo, 2013).

Do ponto de vista prático, conhecer detalhadamente a estrutura e os entraves da atividade permite sugerir caminhos para o aperfeiçoamento do serviço, beneficiando tanto os visitantes quanto a população residente, cuja economia está ligada diretamente ao setor (Lima, 2025).

Sob a ótica institucional, o trabalho também se justifica por gerar subsídios para a doutrina e para a gestão da segurança pública, ao relacionar práticas operacionais, normas e resultados esperados (Silva, 2025). Os dados reunidos podem auxiliar gestores na formulação de políticas baseadas em evidências, na alocação mais adequada de recursos humanos e materiais e no fortalecimento da integração entre diferentes órgãos envolvidos na cadeia do turismo (Miranda e Meira Albach, 2024).

Desse modo, a pesquisa cumpre papel relevante ao transformar a realidade observada em conhecimento aplicável, alinhado aos princípios que regem a produção técnico-científica no âmbito da PMPA.

Essa mudança de perspectiva, consolidada especialmente após eventos globais que alteraram a percepção de risco em todo o mundo, exige que as forças de segurança compreendam profundamente o seu papel nesse cenário e organizem suas ações com base em conceitos claros e procedimentos definidos (Chandra, 2024). A aplicação adequada do policiamento turístico requer, portanto, conhecimento técnico, normatização e alinhamento de objetivos, evitando desvios de função ou uso inadequado de

recursos que possam prejudicar a imagem institucional ou a qualidade do atendimento (Silva, 2025). Quando bem estruturada, essa atuação reforça a confiança do público, favorece a circulação de pessoas e bens e contribui diretamente para a geração de emprego e renda (Costa et al., 2018).

Na prática, observa-se a presença constante de policiais em áreas de maior movimento, mas nem sempre com a compreensão exata das especificidades da função ou com a capacitação necessária para lidar com demandas próprias do setor (Lima, 2025). Em alguns casos, a unidade especializada é acionada para atividades que não correspondem ao seu escopo, enquanto em outras situações faltam diretrizes claras para a ação, o que pode gerar desmotivação, desempenho abaixo do esperado e impacto negativo na percepção do visitante (Santos, 2023). Essa realidade aponta para a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento dessas unidades, de modo a garantir que sua atuação esteja alinhada aos princípios doutrinários e às necessidades da sociedade (Costa et al., 2026).

A ausência de estudos detalhados sobre o tema representa um obstáculo adicional para a tomada de decisão, pois dificulta a elaboração de planos eficazes e a distinção entre diferentes modalidades de atendimento ao turista (Pereira da Silva, 2025).

Muitas vezes, a confusão entre conceitos, funções e responsabilidades se reflete na formação profissional e na prática diária, comprometendo a qualidade do serviço prestado (Silva, 2025). Diante disso, investigar como se organiza e como opera a BPTUR em Belém torna-se medida essencial para identificar pontos de

melhoria e propor soluções que fortaleçam a segurança pública aplicada ao turismo na capital paraense.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Segurança Turística no Brasil**

De acordo com Silva; Silva (2019, p. 87) o turista procura “segurança, tranquilidade, paz, diversão, sem ser incomodado”, e o Brasil sendo um país emergente, “deve manter ou melhorar sua atividade turística para que os conflitos sociais tornem-se irrelevantes, no que se refere à interferência negativa destes na determinação de visita a um destino”.

Nesse ponto, há de ser observada a violência aliada à criminalidade que, para as autoras estão presentes em centros urbanos, influenciando também o Turismo que tende a ser afetado pelas práticas criminosas e, “por isso, acaba por afastar o visitante que procura um ambiente seguro como destino de sua viagem”, ressaltando que apesar da violência constatada em “destinos brasileiros importantes, como é o caso da capital carioca, ainda há a procura dos turistas”.

Acrescentando o assunto, referindo-se à segurança pública, Adenauer (2009, p. 10) comenta que “os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados”. Silva; Silva (2019, p. 86) relatam que “há décadas a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência”.

Aguiar et al. (2003, p. 309) salientam que “a segurança, condição básica para a qualidade na receptividade de um núcleo receptor, deve apresentar-se como uma extensão dos serviços garantidos aos

moradores”, lembrando de não existir possibilidade de oferecer segurança ao turista sem a população também não dispor da mesma.

Gollo (2004, p.19) reportando-se à segurança turística e os serviços especiais e a capacitação turística, lembra do apoio ao incentivo da criação de polícias turísticas, promovido por vários destinos turísticos tradicionais, tanto nacionais quanto estrangeiros, com o objetivo de melhorar os serviços prestados aos visitantes.

Segundo Gollo (2004), é crescente o reconhecimento entre os gestores do Turismo e os responsáveis pela segurança pública instalados nos destinos, “de que os agentes envolvidos devem estar aptos a prestarem informações e auxílios requeridos pelos turistas”, inclusive com exemplos de ações e parcerias locais entre instituições públicas e privadas “que podem viabilizar uma aproximação entre a comunidade do núcleo receptor e a polícia”.

Valduga, Tomé e Mundet (2025) ao abordarem sobre criminalidade, segurança pública e sustentabilidade em destinos turísticos, afirmam que problemática da segurança pública no turismo tem tido, na agenda midiática brasileira, atenção redobrada nos últimos anos, em especial, após a elevação nas taxas de homicídios, imperantes em muitas capitais e cidades médias.

Outra análise importante é de Tomé, Valduga e Amorim (2022) diz que numa situação de insegurança como a que vivemos, o ramo do turismo acaba sendo um dos setores da economia mais vulneráveis, principalmente após o impacto dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001.

Gollo (2004, p. 52) afirma que “uma política sólida de segurança turística ainda não figura na lista de prioridades da Administração Nacional do turismo no Brasil”. Gollo (2004, p. 52) acrescenta à sua afirmação o fato de que o Conselho Nacional do Turismo (CNT), vinculado ao MT, tem como função “propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo”, acatando o que dispõe a Organização Mundial do Turismo (OMT) como significativos subsídios e diversas linhas de ações diante o “tratamento que a segurança Turística deveria merecer por parte dos países membros”.

Diante deste contexto, pode-se dizer que a segurança turística não pode ser vista de forma isolada, como um dever iníquo do Estado, mas um bem a ser distribuído a todos de maneira universal e indistinta. Ela deve ser compreendida como um universo econômico e de imagem extremamente representativo, que deve envolver esforços integrados de diversas instituições, por meio da criação de um Sistema de Segurança Turística, onde o papel de cada ente, público e privado, fiquem claro e definido.

## **2.2. Policiamento Turístico**

Convém, então, evidenciar o sistema de segurança pública existente no país, a começar da Constituição Federal de 1988 que, em seu Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, no Capítulo destinado às Forças Armadas, artigo 142, dispõe que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições pátrias permanentes e regulares, estruturadas com fundamentos na disciplina e hierarquia, sob a autoridade do presidente da República e destinam-se à defesa nacional, à consolidação dos poderes constitucionais e ao cumprimento da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

No Capítulo da Segurança Pública e no mesmo Título V, a Constituição Federal de 1988 (CF) especifica a segurança como sendo dever do Estado, mas, direito e responsabilidade de todos, e em seu artigo 144 determina que é da responsabilidade geral da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias civis e militares e o corpo de bombeiros a preservação da ordem pública e proteção das pessoas e do patrimônio. Nesse ponto, convém lembrar que a ordem pública é significativa componente da segurança turística, aspecto relevante deste estudo.

Também há de ser revelado o fato de que, embora exista uma lacuna quanto a um monitoramento ou estudo e segurança pública relacionada particularmente ao Turismo, como sublinhado linhas atrás, o Plano Nacional de Turismo (2018, p. 70- 75), do Ministério do Turismo, com vigência entre 2018 e 2022, apresenta em suas Linhas de Atuação (Ordenamento, Gestão e Monitoramento) a iniciativa de apoiar o planejamento do Turismo integrado ao setor de segurança pública, com as estratégias de: “a) estimular e apoiar o planejamento do turismo, em âmbitos estadual e municipal” e “b) incentivar soluções de segurança pública que envolvam o setor turístico”. Diante da segunda estratégia, é enfatizado:

*A segurança turística não pode ser vista de forma isolada, como um dever iníquo do Estado, mas um bem a ser distribuído a todos de maneira universal e indistinta. Ela deve ser compreendida como um universo econômico e de imagem extremamente representativo, que deve envolver esforços integrados de diversas instituições, por meio da criação de um Sistema de Segurança Turística, onde o papel de cada ente, público e privado, fiquem claro e definido.*

Contribuindo com os argumentos da concepção da perspectiva deste estudo, na estratégia de incentivos a soluções de segurança pública relacionada ao Turismo, o Plano Nacional de Turismo (2018, p. 75-76) preconiza ser “imperativo” o estabelecimento de propostas de políticas e projetos federais, estaduais e municipais “com a finalidade de melhorar a percepção de segurança pública junto aos turistas que circulam no Brasil”, destacando que, “com a atuação coordenada e cooperada, é possível disseminar boas práticas e possibilitar a geração de novas soluções para a segurança pública no turismo brasileiro”, o que é um fato merecedor de considerações.

Nessa perspectiva, Costa et al. (2018) lembra que nenhuma atividade de policiamento ostensivo, nesse caso orientado para evitar crimes contra turistas, e nenhuma ação de policiamento investigativo, direcionada para impedir a impunidade em crimes cometidos contra aqueles que visitam o país, possuem respaldo em uma atividade de análise criminal preditiva ou de inteligência operacional.

Nesta perspectiva, qualquer tipo de ação no âmbito do turismo em si, tem que ser pautada numa política ampla que inclua todos os cidadãos, seja em termos de resgate de cidadania ou de combate à violência e nas formas pelas quais esta se apresenta criminalmente ou não. O próprio abandono material e social pelo qual passam comunidades, centros urbanos e outros espaços, também entra no todo dessa equação complexa.

Entende-se que a segurança pública é uma condição básica para a satisfação de habitantes e turistas em qualquer localidade. Conforme apontam Conceição Souza e Rodrigues (2025), o crime constitui uma das preocupações centrais no que toca à segurança nos destinos turísticos, não somente o crime que é cometido contra o turista, mas, o crime em geral, uma vez que este pode afetar o processo de tomada de decisão e influenciar a procura turística.

Por conseguinte, turistas não estão isentos das concretas possibilidades de manifestação da criminalidade urbana. Entretanto, a sensação de segurança em uma mesma cidade é diferente para o turista e para o munícipe. Este, estabelece uma relação de maior proximidade com o local, encontrasse diretamente afetado pelo problema da violência urbana e está a par, supostamente, dos desafios atinentes a segurança pública. Aquele, disfruta de uma estadia breve e, normalmente, em áreas ditas elitizadas.

Além disso, segundo Kalaoum e Trigo (2022) o viajante deseja relaxar e desfrutar de momentos de lazer, por isso, a questão da segurança passa a ser menos importante, em grande parte devido à percepção de que as férias estão ligadas à paz e à interrupção das experiências negativas do dia a dia. Em linhas gerais, o turista tende, em muitas

situações, a ser potencialmente um alvo mais vulnerável, principalmente naqueles denominados crimes de oportunidades.

Diante disso, em geral “o turista se sente inseguro de viajar para um local em que as condições de segurança física ou de saúde não estejam garantidas” (Catai; Rejowski, 2004: 06). Logo, os destinos turísticos procuram se estruturar de modo a garantir a segurança esperada pelos visitantes.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa classifica-se como aplicada, pois se destina a gerar conhecimento capaz de ser utilizado na prática institucional, com o objetivo de oferecer subsídios para a compreensão e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Companhia Independente de Policiamento Turístico em Belém do Pará.

Para Gil (2023), a pesquisa aplicada diferencia-se pela finalidade de resolver problemas concretos, o que corresponde ao propósito deste estudo de analisar a realidade operacional e identificar caminhos para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva e exploratória, pois busca descrever elementos estruturais e funcionais, além de aprofundar o conhecimento sobre tema ainda pouco explorado no âmbito estadual, conforme orientam Cervo e Bervian (2020) ao definirem que estudos dessa natureza detalham fatos e fenômenos e ampliam a compreensão sobre assuntos específicos.

No que se refere aos procedimentos técnicos, apoia-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, estratégias essenciais para o alcance dos resultados pretendidos. A pesquisa bibliográfica

consiste no levantamento e análise de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e publicações periódicas, que abordam temas como segurança pública, policiamento especializado e gestão de políticas voltadas ao turismo.

Severino (2017) destaca que essa etapa é decisiva, pois permite ao pesquisador embasar teoricamente suas ideias, situar o estudo no contexto do conhecimento existente e estabelecer relações entre conceitos e práticas. Todo o material foi selecionado com critério, priorizando produções acadêmicas reconhecidas e alinhadas ao objeto de estudo, de modo a garantir consistência e relevância ao referencial teórico.

Paralelamente, desenvolveu-se a pesquisa documental, que utiliza como fonte primária documentos oficiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, conforme explica Cellard (2022).

Nesse sentido, foram consultadas leis, decretos, portarias, regulamentos, boletins gerais, relatórios institucionais e atos normativos da PMPA, da Secretaria de Segurança Pública e de outros órgãos relacionados ao setor de turismo. Essa etapa mostrou-se fundamental, pois permitiu acessar diretamente as regras, as competências, a estrutura organizacional e as diretrizes que regem o funcionamento do BPTUR, elementos indispensáveis para a compreensão da realidade estudada. Martins (2024) reforça que a análise de documentos oficiais possibilita o contato com dados originais, conferindo maior precisão e fidedignidade às informações coletadas.

O trabalho também adota o estudo de caso como estratégia de investigação, uma vez que concentra a análise em um objeto

específico: a atuação do BPTUR no município de Belém do Pará.

Yin (2015) ensina que essa abordagem é apropriada quando se pretende responder a perguntas do tipo “como” e “quais”, e quando o foco está em fenômenos inseridos em um contexto real, sobre os quais não se tem controle dos eventos.

Essa escolha metodológica permite um exame detalhado, profundo e contextualizado das características e dos desafios enfrentados pela unidade, atendendo plenamente às necessidades desta pesquisa.

Quanto à abordagem dos dados, optou-se pela perspectiva qualitativa, que se volta para a compreensão de processos, relações, estruturas e significados presentes na realidade observada. Minayo (2014) defende que esse tipo de investigação trabalha com o universo de conceitos, valores, percepções e dinâmicas que não podem ser reduzidos apenas a números ou medidas estatísticas, sendo especialmente adequada para estudos que visam interpretar fenômenos sociais e institucionais.

No presente trabalho, essa abordagem permitiu analisar não apenas a estrutura formal do BPTUR, mas também as condições operacionais, as limitações e as potencialidades da sua atuação, aspectos que exigem interpretação e reflexão fundamentada.

A coleta de dados ocorreu em etapas sequenciais e organizadas, iniciando-se pela definição do recorte temporal e espacial, seguida pela seleção rigorosa das fontes. Foram considerados apenas materiais válidos e reconhecidos, conforme critérios técnicos, evitando-se conteúdos que não atendessem aos requisitos de confiabilidade e pertinência.

Os dados foram registrados em fichas de análise, nas quais se organizaram as referências, os conceitos centrais e as informações relevantes para o estudo, facilitando o manuseio e a comparação entre diferentes fontes. Esse procedimento segue as orientações de Gil (2023) sobre a importância de um planejamento rigoroso na coleta para garantir a qualidade dos resultados.

Para o tratamento e a interpretação das informações, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, metodologia que permite descrever e interpretar o significado das mensagens contidas nos materiais analisados.

Bardin (2016) explica que essa técnica consiste em um conjunto de operações sistemáticas que visam extrair conhecimentos a partir de textos, documentos e relatos, organizando-os em categorias e temas. Neste estudo, definiram-se como categorias centrais: características organizacionais e operacionais do BPTUR; estrutura legal e normativa; áreas de atuação; e desafios de ordem estrutural, administrativa e de articulação institucional.

O processo analítico envolveu leitura minuciosa de todo o material, identificação de trechos e dados relevantes, codificação e agrupamento das informações conforme as categorias estabelecidas.

Essa organização permitiu sistematizar o conteúdo, relacioná-lo aos conceitos teóricos estudados e interpretá-lo à luz da realidade institucional da PMPA. Severino (2017) ressalta que essa etapa é decisiva, pois transforma dados brutos em informações organizadas e passíveis de gerar conclusões consistentes e embasadas.

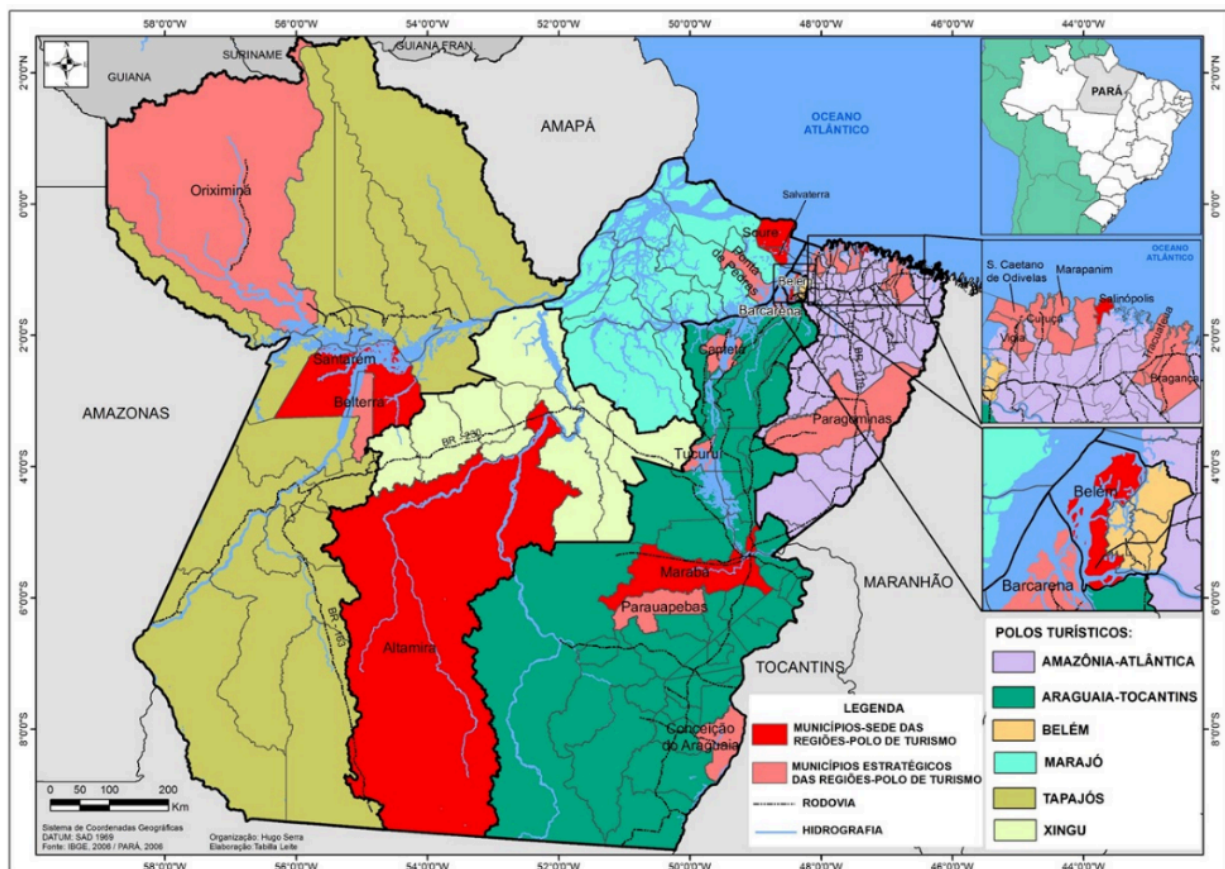
#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS**

## 4.1. O Estado do Pará e o Turismo

Com uma área total de 1.247.689,515 km<sup>2</sup>, o Pará é o estado mais populoso da Amazônia Brasileira e ocupa a segunda posição em termos de área territorial; limita-se com Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Amapá e Roraima; faz fronteira com o Suriname, a Guiana Francesa e confina com o Oceano Atlântico.

Em comparação com suas dimensões geográficas, é mais extenso do que nações como a Venezuela e a Colômbia, sendo mais de três vezes maior que a Alemanha.

**Figura 1** – Localização geográfica do estado do Pará



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2026.

Segundo Nascimento (2025) graças à sua posição estratégica, o Pará funciona como a entrada natural da Amazônia Brasileira, sendo a rota histórica utilizada pelos portugueses durante a colonização para

assegurar o controle sobre o norte do país contra as ameaças de outras potências europeias.

No mesmo sentido, Neiva e Nóbrega (2025) afirmam que a autonomia em administração, a distância em relação ao centro-sul do Brasil, e a proximidade com a Europa, além das condições ambientais e as influências culturais dos povos que habitavam a região muito antes da chegada dos portugueses, proporcionaram ao Pará um desenvolvimento único e características culturais distintas.

Na mesma dinâmica, Lima Wanzeller et al. (2024) afirmam que essa prática se reflete em sua sofisticada gastronomia, nas tradições religiosas e na criatividade musical, entre muitas outras características.

Lima Wanzeller et al. (2024) afirmam também que o Pará possui um acervo cultural notável, incluindo bens e expressões artísticas tradicionais. O estado abriga arquiteturas que têm sua preservação reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e que estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas), como Santarém, Belterra, Óbidos, Monte Alegre, Bragança, Vigia de Nazaré, Cametá, Belém, entre outras.

Segundo Nascimento (2025) o Pará se destaca como um espaço cultural vibrante, repleto de festividades, ritmos, cores e sabores que fazem parte do cotidiano de seus habitantes. Da mesma maneira, Seixas, Cardoso e Ferreira (2025) elencam a ideia de que as populações tradicionais representam um aspecto único da cultura paraense.

Seixas, Cardoso e Ferreira (2025) afirmam também que os povos indígenas são os nativos da Amazônia Brasileira e possuem um profundo conhecimento sobre o patrimônio natural da floresta, utilizando seus recursos de forma sustentável, sem ameaçar a biodiversidade; seus saberes e vivências foram fundamentais para que os novos habitantes reconhecessem as espécies, aplicassem técnicas extrativistas e desenvolvessem tecnologias eficientes, adequadas ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa relação com a natureza é uma parte essencial da vida dos grupos tradicionais do Pará.

Segundo Marely, Coelho e Costa (2024) o patrimônio cultural do Pará, valorizado por sua história e diversidade, é um diferencial do ponto de vista turístico que aumenta a atratividade do estado e serve como base para ampliação das ofertas turísticas. Algumas festividades populares já são grandes impulsionadoras de turismo, atraindo, em sua maioria, os próprios paraenses e visitantes de regiões vizinhas. Apesar do grande potencial, os atrativos culturais ainda não estão organizados e apresentados como produtos turísticos, geralmente aparecem como complementares à oferta turística do Pará.

O Pará, por sua posição estratégica e diversidade cultural, detém características únicas que tornam seu território um destino turístico relevante, conforme Nascimento (2025) e Neiva e Nóbrega (2025). Para que esse potencial se transforme em desenvolvimento, a segurança pública surge como elemento central, pois sem ela não há como preservar o patrimônio histórico, cultural e natural descrito por Lima Wanzeller et al. (2024). Adenauer (2009) já defendia que a relação entre segurança e turismo é necessária, uma vez que a sensação de proteção é pré-requisito para a atividade turística.

Nesse sentido, a PMPA, por meio do BPTUR, atua justamente para garantir essa condição básica, permitindo que as riquezas culturais do estado sejam acessíveis e valorizadas. Como destaca Matakovic e Cunjak Matakovic (2019), a segurança é fator determinante para a competitividade de qualquer destino turístico.

Os espaços que abrigam o patrimônio tombado e as festas populares, como citado por Lima Wanzeller et al. (2024) e Marely, Coelho e Costa (2024), são locais de grande concentração de pessoas e demandam atenção especial na segurança. Castro e Figueiredo (2013) explicam que espaços públicos turísticos, como a Estação das Docas em Belém, necessitam de políticas públicas integradas, onde o policiamento ostensivo e preventivo cumpre papel fundamental. Bittner (2015) ensina que o trabalho policial deve ser adaptado às especificidades do ambiente, e no Pará isso se reflete na atuação da PM em áreas históricas e centros de manifestações culturais. Costa et al. (2018) conceituam essa atuação como “polícia do turista”, que vai além da repressão, incluindo orientação e acolhimento, funções exercidas rotineiramente pela corporação paraense. Pereira da Silva (2025) reforça que essa abordagem faz parte da Segurança Pública Aplicada ao Turismo.

As populações tradicionais e os povos indígenas, fundamentais para a identidade cultural do Pará conforme Seixas, Cardoso e Ferreira (2025), vivem em regiões que fazem parte da rota turística estadual. A presença da Polícia Militar nessas áreas deve respeitar as particularidades locais e o conhecimento tradicional, alinhando-se aos princípios do policiamento comunitário descrito por Skolnick e Bayley (2017). Bayley (2017) aponta que padrões de policiamento eficazes são aqueles que se adaptam à realidade cultural e social do local. Cabral, Borges e Silva (2025) verificam que gestores públicos

entendem que a segurança deve ser integrada ao desenvolvimento turístico, evitando impactos negativos nas comunidades. A atuação da PM do Pará, portanto, busca equilibrar a proteção ao visitante com o respeito aos modos de vida locais, como defendem Neiva e Nóbrega (2025) em estudos sobre a região de Belém.

Eventos de grande porte, que fazem parte do calendário cultural do estado e serão ampliados com a COP30, conforme Silva, Silva e Quadros (2024), exigem planejamento especializado por parte dos órgãos de segurança. Chandra (2019) afirma que para esses eventos é necessária gestão de riscos e integração entre instituições, prática já adotada pela PMPA. Teixeira Silva, Espírito Santo e Campos (2025) destacam que a infraestrutura e a segurança são pilares para o sucesso de grandes acontecimentos em Belém. Costa et al. (2026) lembram que a segurança pública é um direito fundamental e que o policiamento preventivo cumpre missão constitucional. Lima (2025) e Miranda e Albach (2024), ao analisarem experiências de policiamento turístico em outros estados, apontam que a capacitação específica do policial, como a aplicada na PMPA, é decisiva para a qualidade do atendimento. Santos (2023) corrobora ao demonstrar a efetividade de cursos voltados para essa área.

Embora o Pará possua riquezas culturais e naturais capazes de impulsionar o turismo, Marely, Coelho e Costa (2024) observam que muitos atrativos ainda não são organizados como produtos turísticos consolidados. Nesse processo de estruturação, a Polícia Militar exerce papel estratégico, pois sua presença contribui para organizar o espaço e aumentar a confiança do investidor e do visitante, como explica Oliveira (2012) sobre a implementação do policiamento turístico. Queiroz et al. (2026) apontam que os desafios dessa modalidade exigem conhecimento da realidade regional, algo que a

corporação paraense desenvolve com base na sua inserção territorial. Silva e Silva (2019) analisam a relação entre segurança e turismo no Brasil e concluem que uma atuação bem estruturada, como a do BPTUR, fortalece o desenvolvimento local, alinhando-se ao que defendem Scótolto e Netto (2015). Dessa forma, a segurança pública se torna peça-chave para transformar o potencial cultural do Pará em crescimento econômico sustentável. O arquivo é muito grande. Dola leu somente os primeiros 30%.

Nos anos 90, a Paratur realizou o mapeamento do turismo no Estado e estabeleceu 4 centros de desenvolvimento setorial (Costa Atlântica, Tapajós, Marajó e Araguaia-Tocantins), antecipando em mais de uma década os fundamentos do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo. Na proposta de 2001, houve a separação de um centro e a formação de um novo, resultando nos atuais 6 polos turísticos do Pará, conforme indicado na figura x.

**Figura 2** – 6 polos turísticos do Pará atuais



**Fonte:** Agência Pará, 2026<sup>5</sup>

Ao longo do ano, o Pará recebeu 1.574.766 turistas, um aumento de 30,6% em relação a 2024, quando o Estado registrou pouco mais de 1,2 milhão de visitantes. Desse total, 1.224.766 são turistas nacionais, enquanto 350 mil vieram do exterior, evidenciando um avanço consistente na procura internacional do destino, em especial, por conta da realização da COP30 na capital paraense (Agência Pará, 2026)<sup>6</sup>.

Em 2025, o turismo movimentou R\$ 1.143.408.552, ultrapassando a marca de 1,1 bilhão de reais. O valor representa um crescimento de 31,1% em comparação com 2024, quando foram registrados cerca de R\$ 871 milhões em receita gerada pela atividade turística. Os turistas brasileiros continuam representando a maior parte do fluxo e da receita, porém os estrangeiros passaram a ter uma participação muito mais relevante, especialmente pelo maior gasto médio durante a estadia (Agência Pará, 2026)<sup>7</sup>.

Portanto, pode-se dizer que a realização da COP 30 em Belém, capital do estado do Pará, em 2025, representa um marco histórico e uma oportunidade ímpar para a região. Além de ser um evento crucial para as discussões globais sobre as mudanças climáticas, a COP 30 projeta o Pará para o cenário internacional, impulsionando significativamente o turismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico local. Este evento, de magnitude sem precedentes na Amazônia, oferece um palco para que o estado apresente ao mundo não apenas sua riqueza natural e cultural, mas também seu compromisso com a sustentabilidade e a bioeconomia.

Desse modo, pode-se dizer que o turismo no Pará, já rico em sua diversidade, que abrange desde a exuberância da floresta amazônica até a singularidade da cultura ribeirinha e a

efervescência da culinária paraense, ganha com a COP 30 um catalisador para sua expansão e qualificação.

A visibilidade gerada pelo evento atrairá um público diversificado, desde cientistas e formuladores de políticas até ativistas e turistas curiosos, todos com um interesse comum na Amazônia e em suas soluções para os desafios climáticos. Essa afluência de visitantes impulsionará a demanda por serviços turísticos, estimulando investimentos em infraestrutura hoteleira, gastronômica, de transportes e de guias especializados.

Contudo, o legado da COP 30 para o turismo paraense transcende o mero aumento do fluxo de visitantes. O evento serve como um imperativo para que o estado consolide e expanda um modelo de turismo que seja intrinsecamente sustentável.

Isso significa não apenas preservar os ecossistemas, mas também valorizar as comunidades locais, promover o comércio justo, e garantir que os benefícios econômicos sejam amplamente distribuídos. A COP 30 é uma oportunidade para que o Pará demonstre, na prática, como o turismo pode ser uma ferramenta poderosa para a conservação ambiental e a inclusão social, ao invés de um vetor de degradação.

A criação de roteiros turísticos que evidenciem as iniciativas de bioeconomia, o manejo florestal sustentável e os projetos de desenvolvimento comunitário poderá educar e inspirar os visitantes, transformando o turismo em uma experiência de aprendizado e engajamento.

Em conclusão, a COP 30 é mais do que um congresso internacional; é um divisor de águas para o turismo no Pará. Representa a chance

de consolidar a imagem do estado como um destino de excelência em ecoturismo e turismo de experiência, alinhado aos princípios da sustentabilidade.

Ao capitalizar sobre essa visibilidade e investir na qualificação de seus produtos e serviços turísticos, o Pará tem a oportunidade de construir um legado duradouro. Esse legado será caracterizado por um setor turístico robusto, que não apenas gera renda e empregos, mas que também protege seu patrimônio natural e cultural, empodera suas comunidades e serve de exemplo global de como o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental podem caminhar de mãos dadas em um futuro mais verde e justo. A COP 30 não é apenas sobre o futuro do clima, mas também sobre o futuro promissor do turismo paraense.

O Estado do Pará, com sua vastidão territorial, rica biodiversidade amazônica, cultura vibrante e um patrimônio histórico-arquitetônico singular, detém um potencial turístico inegável. De praias fluviais a paisagens florestais intocadas, passando pela efervescência cultural de Belém, o estado oferece uma gama diversificada de experiências aos visitantes. No entanto, o pleno aproveitamento desse potencial e a sua conversão em desenvolvimento socioeconômico sustentável estão intrinsecamente ligados à eficácia das políticas de segurança pública. A relação entre esses três pilares – Pará, Turismo e Segurança Pública – é complexa e exige uma abordagem multifacetada para a sua otimização.

Além disso, é fundamental que haja uma articulação intersetorial entre as secretarias de turismo, segurança pública e desenvolvimento econômico. A elaboração de um plano estratégico de segurança para o turismo, que contemple as particularidades de

cada região e os diferentes tipos de turismo (ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura), é essencial.

Em síntese, o Estado do Pará possui os elementos intrínsecos para se consolidar como um destino turístico de destaque, mas o seu sucesso nesse empreendimento está diretamente condicionado à construção de um ambiente seguro e confiável.

#### **4.2. A Criação do BPTUR da PMPA**

Em 02 de maio de 1996, por meio da Portaria nº 017/96, a PMPA criou o Grupamento Especial de Polícia Turística (GEPTUR). Essa iniciativa surgiu de uma parceria entre a corporação e a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR): à PMPA coube selecionar policiais com perfil psicológico adequado para a função, enquanto a PARATUR elaborou e aplicou o Curso Básico de Turismo, capacitando o efetivo para o atendimento qualificado aos visitantes, especialmente na capital, Belém (PMPA, 1996). A criação marcou o início de um policiamento específico e especializado, voltado à proteção e ao acolhimento do público turístico. Com o aumento do fluxo de visitantes e a expansão do setor turístico, tornou-se necessária uma estrutura maior e mais complexa. Dessa forma, em 29 de dezembro de 1999, por intermédio da Portaria nº 007/99 publicada no Boletim Geral (BG) nº 003, de 05 de janeiro de 2000 o GEPTUR foi transformado na Companhia Independente de Polícia Turística (CIPTUR). Essa mudança de grupamento para companhia representou um salto organizacional, permitindo ampliar a cobertura, a capacidade operacional e a abrangência das ações nas áreas turísticas do estado.

A consolidação e a regularização jurídica dessa estrutura ocorreram em 02 de agosto de 2001, por meio do Decreto nº 4.749/2001, do

Governo do Estado do Pará, publicado no Diário Oficial nº 29.512, de 03 de agosto de 2001, e registrado no BG nº 146, de 07 de agosto do mesmo ano. Esse ato formalizou definitivamente a CIPTUR como uma unidade oficial da PMPA, alinhando sua existência e competências às normas gerais de organização das corporações militares estaduais.

Nesse contexto, destaca-se que a atividade de polícia ostensiva pode ser subdividida em modalidades específicas de policiamento, considerando-se o bem jurídico a ser tutelado. No âmbito da PMPA, a CIPTUR constitui unidade especializada, com atuação alinhada aos princípios constitucionais de segurança pública e à missão institucional de promover a defesa social, compreendida como o conjunto de ações voltadas à proteção da vida, do patrimônio e da integridade de todas as pessoas que circulam no território paraense. O serviço prestado pode sofrer adaptações e desdobramentos operacionais, sem, contudo, afastar-se da missão institucional da Corporação. Por fim, a continuidade da estrutura voltada ao policiamento turístico pode ser observada em registros administrativos recentes da PMPA, que contemplam movimentações envolvendo a unidade de policiamento turístico na Capital, a exemplo da referência ao Batalhão de Polícia Turística/CPE (Belém) no Boletim Geral nº 022, de 31 de janeiro de 2024 (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2024).



convergência ou distanciamento em relação ao que a literatura aponta como referência para a Segurança Pública Aplicada ao Turismo (SPAT) (PEREIRA DA SILVA, 2025).

Essa combinação de fontes revela que a BPTUR possui características alinhadas aos princípios do policiamento ostensivo e preventivo, mas enfrenta desafios estruturais e operacionais que refletem tanto as particularidades do território paraense quanto as dificuldades gerais de consolidação dessa modalidade especializada no Brasil.

Do ponto de vista das características organizacionais e funcionais, os documentos institucionais definem a BPTUR como unidade de execução, diretamente vinculada à estrutura da PMPA, com missão específica de realizar segurança pública preventiva por meio de policiamento ostensivo e fardado, tendo como público-alvo prioritário os turistas e visitantes que circulam nos principais pontos de interesse da capital paraense. A estrutura organizacional da PMPA prevê arranjos internos de comando, administração e inteligência que sustentam a atuação das companhias, permitindo integrar meios e rotinas às diretrizes institucionais, conforme demonstrado em seu organograma oficial (PARÁ, 2006).

Essa moldura formal corrobora o entendimento de Queiroz et al. (2026), ao explicarem que o policiamento turístico, especialmente na região amazônica, deve ser estruturado para atender a espaços que reúnem valor cultural, econômico e simbólico, exigindo presença constante e visível como forma de inibir infrações e transmitir sensação de proteção.

Sua área de atuação abrange espaços consolidados como o Complexo do Ver-o-Peso, Feliz Lusitânia, Polo Joalheiro, Mangal das Garças, Portal da Amazônia, Orla de Icoaraci, Museu Paraense Emílio Goeldi, Bosque Rodrigues Alves, Hangar – Centro de Feiras e Convenções, além dos principais hotéis da capital e postos fixos no Aeroporto Internacional de Val-de-Cães, Estação das Docas e Centro Arquitetônico de Nazaré. Essa distribuição territorial materializa a lógica de que o policiamento turístico deve adaptar-se ao tipo de ambiente, ao padrão de circulação e à densidade de público de cada local.

Conforme Bayley (2017), o policiamento eficaz se define justamente pela capacidade de ajustar estratégias às características do espaço e do público, priorizando a presença visível como forma de dissuasão e de construção de confiança, e não apenas como instrumento de repressão. Essa concepção está na base da atuação do BPTUR, que atua desde conjuntos arquitetônicos fechados até orlas e espaços abertos, reconhecendo que cada ambiente exige uma leitura e uma resposta diferenciada.

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), sediada em Belém em 2025, representa um marco histórico e transformador para o cenário turístico e de segurança pública do estado, ampliando significativamente a visibilidade internacional e a demanda por serviços qualificados.

Para Silva, Silva e Quadros (2024), eventos dessa magnitude reconfiguram completamente a dinâmica local, ao atraírem milhares de participantes, jornalistas, autoridades e viajantes de todos os continentes, exigindo uma resposta institucional à altura da projeção global do encontro.

Nesse contexto, a BPTUR assumiu protagonismo estratégico, pois sua atuação não se limitou à segurança convencional, mas passou a ser um elemento central na imagem de acolhimento, organização e competência que o Pará precisou transmitir ao mundo. A conferência tornou-se, portanto, um divisor de águas, ao impor à unidade a necessidade imediata de ajustar suas rotinas, ampliar sua capacidade operacional e demonstrar, na prática, que a segurança pública pode e deve ser um vetor de desenvolvimento e credibilidade.

O impacto da COP30 transcendeu o período de realização do evento, consolidando transformações estruturais que permanecem como legado para o setor turístico e para a própria corporação. Conforme dados oficiais, o fluxo de visitantes internacionais cresceu mais de 440% em 2025, com impacto econômico superior a R\$ 1,1 bilhão, e esse movimento elevou o padrão de exigência quanto à qualidade do atendimento e à segurança (Pegado, 2026).

A BPTUR, diante desse cenário, teve que evoluir rapidamente: incorporou novos protocolos, intensificou a integração com órgãos federais e organismos internacionais, e passou a atuar em espaços que antes não recebiam fluxo expressivo de estrangeiros, exigindo domínio de idiomas, conhecimento de normas internacionais e postura diferenciada.

Teixeira Silva, Espírito Santo e Soares Campos (2025) reforçam que o evento acelerou investimentos em infraestrutura e capacitação, mas também evidenciou que o policiamento turístico precisa ser pensado como política de Estado, capaz de responder a demandas complexas e sustentar o crescimento do destino a longo prazo.

Além dos desafios operacionais, a COP30 conferiu nova dimensão simbólica e estratégica à atuação do BPTUR, ao associar a segurança de Belém à própria imagem da Amazônia e ao compromisso do Brasil com a agenda global. Para Pereira da Silva (2025), em contextos de megaeventos, a presença policial não é apenas medida de proteção, mas também elemento de comunicação institucional e de construção de confiança.

A unidade, ao garantir tranquilidade nos locais de evento, nas áreas de hospedagem e nos pontos turísticos visitados pelas delegações, mostrou que o Pará dispõe de uma estrutura de segurança preparada para receber o mundo. Essa experiência serviu de aprendizado fundamental, pois permitiu identificar lacunas, testar novas estratégias e consolidar a compreensão de que o policiamento turístico é uma atividade essencial para transformar potencial turístico em desenvolvimento real, alinhando-se ao que defendem Scótollo e Netto (2015) sobre a importância da segurança para a competitividade dos destinos.

A literatura reforça que essa visibilidade estratégica é um dos elementos centrais da atividade. Para Bittner (2015), a essência do trabalho policial não se resume a intervir após o fato, mas a atuar como referência de ordem e segurança, sendo a presença e a abordagem qualificada suas ferramentas principais.

No caso do policiamento turístico, isso ganha contornos ainda mais claros: como destaca Lima (2025), a atuação diferencia-se das demais modalidades justamente por priorizar o atendimento orientador, função que Aguiar et al. (2003) associam à hospitalidade, componente essencial para a qualidade da experiência do visitante.

No caso de Belém, essa função ganha contornos ainda mais relevantes, especialmente após a realização da COP30, evento que elevou o fluxo de turistas internacionais em mais de 440% em 2025, conforme dados da Secretaria de Estado de Turismo, movimentando mais de R\$ 1,1 bilhão na economia local (PEGADO, 2026).

Esse crescimento expressivo impõe à unidade a necessidade de adaptar sua atuação a um público mais diversificado, com demandas linguísticas e culturais específicas, aspecto já apontado por Santos (2013), ao defender que a capacitação em idiomas e em técnicas de atendimento é requisito indispensável para a efetividade do policiamento turístico, e por Silva (2025) ao discutir as complexidades que envolvem a distinção entre policiamento turístico e polícia turística.

A pesquisa documental mostra que, embora a estrutura legal do BPTUR esteja definida e alinhada aos princípios constitucionais de segurança pública (Costa et al., 2026), sua operacionalização encontra limitações amplamente discutidas na bibliografia nacional. Um dos pontos centrais refere-se à capacitação do efetivo.

Os regulamentos da PMPA estabelecem a necessidade de formação específica, mas, na prática, estudos como o de Santos (2023), desenvolvido na Bahia, demonstram que a falta de cursos continuados e conteúdos direcionados à realidade regional compromete a efetividade da atuação.

Essa realidade também se aplica ao Pará, onde Teixeira Silva, Espírito Santo e Soares Campos (2025) apontam que a infraestrutura e a preparação de recursos humanos ainda não acompanharam o ritmo de crescimento da demanda turística, especialmente em áreas que

passaram a receber grande número de visitantes após eventos de projeção global. O domínio de idiomas, o conhecimento sobre a cultura local e técnicas de atendimento diferenciado são requisitos que, quando não atendidos, reduzem a capacidade da unidade de cumprir plenamente sua missão.

Outro desafio recorrente refere-se à delimitação clara de competências e à articulação interinstitucional. Costa et al. (2018) chamam a atenção para o risco de confusão conceitual e operacional entre o que denominam “polícia do turista” e as funções gerais de segurança, destacando que unidades especializadas são frequentemente acionadas para atividades fora de seu escopo específico.

Na estrutura da PMPA, embora haja definição de áreas de atuação, a sobreposição de atribuições com outras unidades e a falta de integração sistemática com órgãos como a Secretaria de Turismo, a Guarda Municipal e o setor privado ainda representam obstáculos.

Skolnick e Bayley (2017) defendem que o policiamento moderno, especialmente em áreas sensíveis como o turismo, deve ser essencialmente relacional: eficaz quando constrói laços de confiança e trabalha em rede com outros atores. Miranda e De Meira Albach (2024) também reforçam que o sucesso do policiamento turístico depende de redes de cooperação bem estruturadas, pois a segurança do destino não é responsabilidade apenas da polícia, mas de um conjunto de atores.

Em Belém, essa integração ainda é incipiente, o que dificulta o planejamento conjunto e a resposta rápida a ocorrências que envolvem infraestrutura, ordenamento urbano ou apoio ao visitante.

A dimensão territorial e as características dos espaços atendidos também figuram como desafios centrais. Belém conta com geografia diversa, que inclui áreas históricas densas, espaços naturais, orlas e regiões de eventos, cada uma com dinâmicas de risco e fluxo de pessoas diferentes.

Castro e Figueiredo (2013), ao estudarem a Estação das Docas, explicam que os espaços públicos turísticos possuem características únicas, onde a segurança deve ser pensada juntamente com o uso social e cultural do ambiente.

Os documentos da PMPA mostram que a unidade atua em locais que variam desde conjuntos arquitetônicos fechados até orlas e espaços abertos de grande extensão, exigindo estratégias diferenciadas de patrulhamento. No entanto, a limitação de efetivo e de recursos materiais, frequentemente mencionada nos relatórios de gestão, impede que essas estratégias sejam implementadas com a amplitude necessária.

Nesse sentido, a realidade paraense aproxima-se do que foi descrito por Queiroz et al. (2026) no Amazonas, onde a combinação entre extensão territorial, diversidade de atrativos e limitações logísticas torna o policiamento turístico uma atividade complexa e que demanda alocação contínua de investimentos.

A discussão sobre a percepção de segurança também ganha destaque ao cruzar dados documentais e bibliográficos. Rodrigues e Menezes (2020) demonstram que a avaliação do turista sobre a segurança de um destino está ligada tanto à ocorrência real de crimes quanto à sensação de proteção transmitida pela presença policial e pela organização do ambiente.

Nesse sentido, Gollo (2004) já havia demonstrado, em estudo pioneiro, que a segurança não é apenas um requisito básico, mas um fator determinante de competitividade: destinos onde o visitante se sente protegido não apenas recebem mais fluxo, mas também consolidam imagem positiva e fidelização.

Embora o crescimento do turismo em Belém tenha ocorrido simultaneamente a investimentos em infraestrutura (PARATUR, 2009; Pegado, 2026), a literatura alerta que a simples presença de polícias não garante, por si só, a confiança necessária.

Pereira da Silva (2025) defende que a SPAT deve ser compreendida como política de Estado, envolvendo dados estatísticos integrados, formação continuada e alinhamento com as políticas públicas de turismo. Na análise do BPTUR, verifica-se que, embora haja avanços, ainda há dificuldades em produzir e compartilhar dados que permitam um diagnóstico preciso das ocorrências específicas envolvendo turistas, o que limita a capacidade de planejamento baseado em evidências.

Além disso, a vulnerabilidade do visitante constitui fator determinante na dinâmica operacional. O turista, por desconhecer rotas, códigos locais e normas de segurança, torna-se alvo preferencial de crimes patrimoniais e esquemas de exploração, conforme destaca Pereira da Silva (2025).

Em Belém, essa vulnerabilidade manifesta-se de forma acentuada em ambientes de grande densidade, como o Ver-o-Peso e o Polo Joalheiro, e em áreas de transição entre trajetos, exigindo do BPTUR não apenas ações de prevenção, mas também capacidade de

atendimento e orientação que minimizem danos e preservem a continuidade da estadia com segurança.

Por outro lado, é possível identificar pontos fortes que alinham a atuação da unidade às melhores práticas apontadas pela doutrina. A definição de postos fixos em pontos estratégicos, como aeroporto, estação turística e centro de eventos, segue a recomendação de Santos (2016), que destaca a importância de referências físicas de segurança para o visitante, ao demonstrar que a segurança pública é fator central para a competitividade e o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos.

Além disso, a própria existência de uma companhia independente, com estrutura própria e vinculação direta ao comando, demonstra que a PMPA reconhece o turismo como setor estratégico, alinhando-se ao que defendem Scótoló e Netto (2015) sobre a necessidade de institucionalização da segurança turística como forma de fortalecer o desenvolvimento local. Esse reconhecimento é ainda mais relevante diante do cenário de crescimento econômico apresentado por Nascimento (2025), ao analisar a regionalização do turismo no Pará e seu potencial de geração de renda.

Em termos comparativos, a realidade do BPTUR aproxima-se de experiências como a do Espírito Santo, descrita por Oliveira (2012), onde a implementação do policiamento turístico também passou por desafios de estruturação e definição de atribuições, mas consolidou-se como referência de aproximação com o público.

Diverge, no entanto, de modelos mais estruturados, como o de Foz do Iguaçu (LIMA, 2025), onde a integração com órgãos federais e internacionais é mais avançada, em função das características de

fronteira e fluxo contínuo de estrangeiros. Essa comparação mostra que, embora haja pontos comuns, cada realidade estadual adapta o modelo nacional às suas especificidades, e no caso do Pará, as particularidades da Amazônia, com sua cultura, geografia e dinâmica social, exigem soluções próprias, como apontam Neiva e Nóbrega (2025) ao discutirem o desenvolvimento turístico em áreas de proteção ambiental próximas a Belém.

Por fim, a análise cruzada entre documentos e literatura permite concluir que a BPTUR representa um avanço importante na estrutura da segurança pública paraense, ao materializar o conceito de policiamento especializado e voltado para as necessidades do turismo. Suas características de atuação ostensiva, preventiva e de atendimento alinham-se ao que a teoria e a prática recomendam para a SPAT. Como destaca Santos (2016), investir em segurança turística é investir diretamente em economia, pois a confiança do visitante está ligada à geração de empregos e renda, relação claramente observada no Pará com o crescimento de 30% no setor e o impacto de R\$ 1,1 bilhão em 2025 (Pegado, 2026).

No entanto, os desafios identificados capacitação, integração interinstitucional, limitações de recursos, adaptação ao crescimento expressivo do fluxo de visitantes e gestão das vulnerabilidades específicas do público são recorrentes em todo o Brasil e demandam atenção contínua.

Como destaca Silva e Quadros (2024), ao analisarem os impactos da COP30, o Pará vive um momento único de projeção internacional, e a segurança pública aplicada ao turismo torna-se ainda mais decisiva para consolidar essa imagem e transformar o crescimento recente em desenvolvimento sustentável. Superar esses desafios

significa não apenas cumprir uma missão institucional, mas também contribuir diretamente para a economia, a cultura e a qualidade de vida da população paraense, ao garantir que o destino Belém continue sendo seguro, acolhedor e competitivo.

## **5. CONCLUSÃO**

O presente estudo analisou a BPTUR da PMPA no município de Belém do Pará, tomando como base a articulação entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. A partir do problema proposto, a investigação demonstrou que o policiamento turístico, ao ser estruturado para atender a demandas específicas do cidadão visitante, demanda organização operacional compatível com a lógica de segurança preventiva e com a necessidade de atuação em locais com maior circulação e permanência de turistas.

No que se refere ao atendimento dos objetivos, o artigo alcança seu propósito ao caracterizar a atuação do BPTUR em Belém e ao identificar desafios operacionais associados à efetividade dessa modalidade especializada. As evidências trabalhadas indicam que a ação da unidade envolve, simultaneamente, a presença ostensiva e a capacidade de orientar e responder às situações que emergem no contexto turístico. Em paralelo, o estudo aponta limitações persistentes relacionadas a aspectos estruturais e logísticos e à necessidade de articulação mais eficaz entre as políticas de segurança e as políticas voltadas ao turismo, condição essencial para sustentar a qualidade do atendimento e reduzir dificuldades no planejamento e na resposta às ocorrências.

Como contribuição, a pesquisa reforça a importância de compreender o policiamento turístico como componente relevante

da defesa social e do funcionamento do destino, especialmente quando há aumento do fluxo de visitantes. Assim, ao identificar entraves e explicitar suas implicações para a atuação do BPTUR, o trabalho oferece subsídios para a melhoria do policiamento turístico e, conseqüentemente, para a sustentação do turismo de forma alinhada à ordem pública no território analisado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADENAUER, L. Segurança pública e turismo: uma relação necessária. **Revista Brasileira de Turismo**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2009.

AGUIAR, M. et al. **Reflexões sobre a hospitalidade no contexto turístico**. Turismo e Ação, 2003. In: SILVA, Larissa Bandeira da; SILVA, Fernanda Costa da. Influência pública na movimentação turística em destinos urbanos e de sol e praia: uma abordagem teórica. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/folio/article/viewFile/369/309>. Acesso em: 25 mai. 2026

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: EDUSP, 2017.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. **Nova polícia**: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas. São Paulo: EdUSP, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados e estatísticas do turismo brasileiro**. Brasília: MTur, 2024.

CABRAL, M.; BORGES, L.; SILVA, R. Segurança pública e desenvolvimento turístico: a visão dos gestores públicos. **Revista de Políticas Públicas e Turismo**, v. 8, n. 1, p. 89-106, 2025.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; FIGUEIREDO, S. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará. **Turismo em foco**, p. 189-202, 2013.

CATAI, Henrique; REJOWSKI, Mirian. Violência e turismo na imprensa brasileira—matérias da Folha de S. Paulo (1990 a 2000). **Anais... II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, set. 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2020.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 215-234.

CHANDRA, R. **Segurança em grandes eventos: planejamento e gestão de riscos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2024.

CONCEIÇÃO SOUZA, Rafaella Christyna; RODRIGUES, Igor Moraes. A Hospitalidade de São Bernardo, Maranhão, na perspectiva de estudantes de Turismo. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 17, n. 1, p. e170104-e170104, 2025.

COSTA, Jean Henrique et al. “**Polícia do turista**”: contradições e revelações. IJSSTH, n. 18, p. 1-12, 2018.

COSTA, Jéssica Marjorie Lima et al. Segurança pública como direito fundamental: a atuação da Polícia Militar do Amazonas no policiamento ostensivo e preventivo à luz da Constituição Federal de 1988. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, p. 1-20, 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2023.

GOLLO, Gelso Guimarães. **Segurança & Turismo**: percepções quanto ao aspecto “segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

KALAOUM, Fausi; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Violência, Lazer e Turismo na Baixada Fluminense-Verde. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 14, n. 4, 2022.

LIMA, Clayton Oliveira. Policiamento de atendimento ao turista – a importância da modalidade em Foz do Iguaçu. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 16, n. 49, p. 7474-7489, 2025.

MARELY, Alécio Vaneli Gaigher; COELHO, Romário Neves; COSTA, Leonard Christy Souza. Patrimônio cultural imaterial da Amazônia: Os bumbás e as toadas como formas de contestação simbólica. **Entrepalavras (Sistema de Submissão)**, v. 13, n. 3, p. 44-62, 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica**. São Paulo: Atlas, 2024.

MATAKOVIC, Ivan; CUNJAK MATAKOVIC, Marija. Segurança como fator determinante de competitividade em destinos turísticos.

**Revista Turismo e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, p. 45-62, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, Ana Lucia Kosloski; DE MEIRA ALBACH, Valéria. Policiamento Turístico no Paraná: Experiência de Foz do Iguaçu como sugestão à Ilha do Mel. **Revista Aproximação**, v. 6, n. 11, 2024.

MORALES, José Manuel. Percepção de risco e processo de escolha de destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 1, p. 12-28, 2002.

NASCIMENTO, Marcel Assis Batista. A Regionalização do turismo no Estado do Pará: o caso da Rota turística Belém-Bragança. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 13, n. 3, p. 1131-1154, 2025.

NEIVA, Rafaely Moreira Sabbá; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Turismo e desenvolvimento: opiniões e pontos de vista dos diferentes atores na Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu-Belém do Pará, Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 27, p. e20068, 2025.

OLIVEIRA, Marcos Almeida de. Policiamento Turístico: implementação. **Revista Preleção - Publicação Institucional da Polícia Militar do Espírito Santo**, ano VI, n. 11, abr. 2012.

PARÁ. **Lei Complementar nº 053, de 07 de fevereiro de 2006**. Organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará. Diário Oficial nº 33.234, de 19/10/2016. Disponível em: [www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/LOB.pdf](http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/LOB.pdf). Acesso em: 22 mai. 2026.

PARATUR. **Resumo Executivo do Polo Belém – PA/** Ministério do Turismo. Belém: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

PEGADO, Israel. **Alta de visitantes:** turismo no Pará cresce 30% e movimentada mais de R\$ 1,1 bilhão em 2025. Agência Pará, 13 abr. 2026. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/76326/turismo-no-para-cresce-30-e-movimentada-mais-de-r-11-bilhao-em-2025>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PEREIRA DA SILVA, Oziel. Turismo e Crime: Fundamentos Teóricos e Práticos da Segurança Pública Aplicada ao Turismo (SPAT). **Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul**, v. 2, n. 2, p. 162–186, 2025. DOI: 10.62927/revpmms.v2i2.113.

QUEIROZ, Anderson Jared Canuto et al. Características e desafios do policiamento turístico no estado do Amazonas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 5, p. 1-16, 2026.

RODRIGUES, Daniela Maria Lucena; DE MENEZES, Paula Dutra Leão. **A relação entre violência e turismo na perspectiva do turista em João Pessoa-PB.** 2020.

SANTOS, Manuel. **A segurança pública como fator de competitividade para o desenvolvimento de um destino turístico:** estudo de caso-A ilha de São Vicente. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Mindelo, Portugal.

SANTOS, Mário Anderson de Araújo. **Língua Espanhola: proposta de capacitação na modalidade a distância para policiais militares lotados na CIPTUR da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.** 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANTOS, Rafael Máximo. Efetividade da capacitação de policiais militares para atuação nas treze zonas turísticas do estado da Bahia por meio do Curso Básico de Policiamento Turístico (CBPTUR). **Revista PMBA em Foco: Ciência Policial e Cidadania**, v. 2, n. 3, p. 77-84, 2023.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SEIXAS, Bernardo Silva; CARDOSO, Lucas Nonato; FERREIRA, Adriano Fernandes. O protagonismo das práticas socioambientais dos povos tradicionais amazônicos na promoção da sustentabilidade. **Revista Insigne de Humanidades**, v. 2, n. 3, p. 70-92, 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Larissa Bandeira; SILVA, **Fernanda Costa da**. **Influência pública na movimentação turística em destinos urbanos e de sol e praia: uma abordagem teórica**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/folio/article/viewFile/369/309>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Luane Eunice Gonçalves; SILVA, Willyane Thays Silva; QUADROS, Vânia Lúcia. Turismo e megaventos: a COP30 em Belém (PA). **Revista Paata Eeseru em Turismo**, v. 4, 2024.

SILVA, M. R.; SILVA, A. P. Segurança e turismo no Brasil: uma análise das relações. **Revista Acadêmica de Turismo**, v. 12, n. 2, p. 85-102, 2019.

SILVA, Oziel Pereira. Policiamento Turístico e Polícia Turística: funções, objetivos e suas complexidades. **Revista de Segurança Pública Vigilantis Semper**, v. 5, n. 8, 2025.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões práticas através do Mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

TEIXEIRA SILVA, Luiz Guilherme; DO ESPÍRITO SANTO, Álvaro Negrão; SOARES CAMPOS, Antônio Guilherme. Atrativos vs. infraestrutura para o desenvolvimento do turismo como alternativa econômica nos territórios: um estudo de caso da região metropolitana de Belém-PA, antecedendo a COP 30. **Revista Foco**, v. 18, n. 8, 2025.

TOMÉ, Marcello; VALDUGA, Manoela; AMORIM, Ericka. A insegurança gerando mal-estar em destinos turísticos: Uma reflexão sobre a cidade do Rio de Janeiro. **Revista Turismo em Análise**, v. 33, n. 2, p. 328-346, 2022.

VALDUGA, Manoela Carrillo; TOMÉ, Marcello de Barros; MUNDET I CERDAN, Lluís. Percepções sobre fatores restritivos ao turismo: o caso de Paraty, RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 19, p. e-3058, 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

---

<sup>1</sup> Pós-graduado em Segurança Pública; Graduado em Tecnologia em Redes de Computadores; 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Vínculo institucional: Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Pós graduado em Direito e Políticas Públicas, Graduado em Segurança Pública, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). á (PMPA). E-mail [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Pós-graduada em Direito penal militar e Processo penal militar; Bacharel em Direito; 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Vínculo institucional: Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Pós-graduada em Gestão de segurança pública e privada; Bacharel em Administração; 2 Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Vínculo institucional: Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)